

Secretaria
de Assistência Social,
Combate à Fome e
Políticas sobre Drogas



GOVERNO DE
**PER
NAM
BU**CO
ESTADO DE MUDANÇA

Secretaria Executiva de Assistência Social

Superintendência de Gestão do Sistema Único de Assistência Social
Gerência de Vigilância Socioassistencial e Gestão da Informação

COORDENAÇÃO DE VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL

Relatório de Monitoramento


do Índice de Desenvolvimento dos
Conselhos Municipais de Assistência Social
IDConselho 2024

Dezembro | 2025

Sumário

Metodologia de Cálculo para o IDConselho	3
Procedimento aplicado para cada escala de análise:	5
Resultado do Índice de Desenvolvimento dos Conselhos Municipais de Assistência Social (IDConselho) para o ano de 2024	6
Análise dos resultados do IDConselho 2024 e desempenho por Região de Desenvolvimento.....	9
IDConselho Sintético por Porte Municipal – 2024	14
Distribuição dos Conselhos por Níveis do Indicador em 2024.....	16
Municípios com os Maiores IDConselho Sintético em Pernambuco - 2024.....	18
Municípios com os Menores IDCRAS Sintético em Pernambuco - 2024.....	20
Comparativo do IDConselho Sintético do Estado com o Cenário Nacional e a Região Nordeste.....	21

Relatório de Monitoramento do Índice de Desenvolvimento dos Conselhos Municipais de Assistência Social IDConselho 2024



Este relatório apresenta os resultados do Índice de Desenvolvimento dos Conselhos Municipais de Assistência Social (IDConselho) referentes ao ano de 2024, com base nas informações prestadas por 183 municípios do Estado de Pernambuco que responderam ao Censo SUAS naquele ano. Ressalta-se que o **Distrito Estadual de Fernando de Noronha** e o município de **Maraial** não apresentaram respostas na base de dados disponibilizada pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), motivo pelo qual não integram a análise. O estudo inclui, ainda, um comparativo com a série histórica iniciada em 2014, permitindo uma leitura evolutiva da qualidade da organização e do funcionamento dos Conselhos de Assistência Social no território estadual.

A Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) vem, ao longo dos últimos anos, desenvolvendo indicadores de monitoramento e avaliação no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Em 2007, foi criado o Índice de Desenvolvimento do Centro de

Referência de Assistência Social (IDCRAS), seguido, em 2012, pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS), que consolidou diretrizes para aprimorar a gestão do trabalho no Sistema. Em 2014, a SNAS revisou o IDCRAS e instituiu o Indicador de Desenvolvimento do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (IDCREAS). Embora distintos, ambos têm como finalidade avaliar a qualidade dos serviços socioassistenciais ofertados pelo CRAS e pelo CREAS, considerando dimensões como estrutura física, oferta de serviços e benefícios, e recursos humanos, a partir dos dados declarados no Censo SUAS.

Nesse contexto de fortalecimento da avaliação e do monitoramento no SUAS, foi criado, em 2015, o Índice de Desenvolvimento dos Conselhos de Assistência Social (IDConselho), indicador que permite mensurar seus níveis de desenvolvimento, identificando avanços, fragilidades e oportunidades de aprimoramento. Seu objetivo é apoiar a melhoria contínua do controle social e contribuir para o aperfeiçoamento da gestão democrática e descentralizada do SUAS.

Metodologia de Cálculo para o IDConselho

Os Conselhos de Assistência Social, previstos no art. 16 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS), constituem instâncias deliberativas colegiadas do Sistema Único de

Assistência Social (SUAS). São órgãos autônomos, permanentes e com composição paritária entre governo e sociedade civil em cada esfera de governo, estando vinculados à estrutura do órgão gestor da assistência social da União,

dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. Sua existência e funcionamento asseguram o controle social da política de assistência social, exercido de maneira democrática, participativa e descentralizada.

Seguindo a mesma lógica avaliativa presente no IDCRAS e no IDCREAS, o IDConselho organiza suas variáveis em três dimensões fundamentais: **Estrutura Administrativa, Dinâmica de Funcionamento e Composição do Conselho**. Cada dimensão é mensurada a partir das informações declaradas pelos municípios no Censo SUAS, permitindo uma análise integrada do desempenho institucional dos Conselhos. O resultado converte-se em um indicador único, o **IDConselho Sintético**, um instrumento sistêmico calculado automaticamente a partir da base nacional, e não por iniciativa direta dos Conselhos.

O IDConselho Sintético é estruturado em cinco níveis, variando de 1 a 5. O **nível 1 corresponde ao menor nível de desenvolvimento**, enquanto o **nível 5 representa o maior nível, associado aos padrões desejáveis de qualidade¹**.

O índice final é obtido por **média aritmética simples** entre os níveis alcançados nas três dimensões, considerando requisitos específicos em cada uma delas para alcançar o maior desempenho. Esses requisitos são descritos a seguir:

¹ NOTA TÉCNICA nº 2017/CGPVIS/DGSUAS/SNAS/MDS, disponível em:
https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/dicivip_datain/ckfinder/userfiles/files/Vigil%C3%A2ncia%20Socioassistencial/NT%20ID%20Conselho_jul_2017.pdf

- **Estrutura Administrativa:**

A Estrutura Administrativa reflete as condições institucionais, financeiras e materiais necessárias para o funcionamento qualificado do Conselho. Para atingir níveis elevados de desenvolvimento, o Conselho deve dispor de:

Previsão de recursos específicos na Lei Orçamentária Anual (LOA), assegurando autonomia e continuidade das ações;

Aplicação mínima de 3% do Índice de Gestão Descentralizada (IGD) no custeio administrativo;

Infraestrutura física adequada, com sala(s) de uso exclusivo para reuniões, atendimento e guarda de documentos;

Equipamentos essenciais, incluindo veículos (exclusivos ou compartilhados), computadores com internet, e telefone de uso exclusivo;

Secretário Executivo de dedicação exclusiva, garantindo suporte técnico e administrativo às atividades do colegiado.

Esses elementos compõem a base institucional para que o Conselho exerça plenamente suas funções deliberativas, fiscalizatórias e normativas.

- **Dinâmica de Funcionamento:**

A Dinâmica de Funcionamento representa o exercício efetivo do controle social e a atuação cotidiana do Conselho. Entre os requisitos essenciais, destacam-se:

Realização mínima de 10 reuniões plenárias anuais, entre ordinárias e extraordinárias;

Regimento Interno atualizado, normatizando a organização interna e os processos decisórios;

Deliberação sobre o orçamento da gestão municipal e sobre o Plano de Assistência Social, reforçando sua função deliberativa;

Atuação como instância de controle social do Programa Bolsa Família/Programa de Transferência de Renda;

Acompanhamento das deliberações das Conferências Municipais;

Fiscalização da rede socioassistencial pública e privada — ou somente pública, quando não houver rede privada no território;

Promoção de reuniões e ações descentralizadas, fortalecendo a participação cidadã e a articulação intersetorial.

O cumprimento desses critérios assegura que o Conselho não seja apenas formalmente constituído, mas efetivamente atuante e participativo.

- **Composição do Conselho:**

A Composição do Conselho deve materializar os princípios da paridade, representatividade e pluralidade. Para isso, exige-se:

Mínimo de 10 conselheiros titulares;

Representantes da sociedade civil eleitos em assembleias próprias, garantindo legitimidade ao processo;

Presença obrigatória de pelo menos um representante de usuários ou organizações de usuários; e pelo menos um representante dos trabalhadores da assistência social;

Alternância da presidência entre governo e sociedade civil, com Presidente e Vice-Presidente eleitos em plenária;

Recondução limitada a um único mandato, promovendo renovação;

Representação governamental que contemple assistência social, saúde e educação, assegurando a articulação intersetorial.

Uma estrutura administrativa sólida, aliada a uma dinâmica de funcionamento consistente e a uma composição diversa e representativa, constitui os pilares essenciais para que os Conselhos de Assistência Social exerçam com excelência sua missão: deliberar, fiscalizar, normatizar e garantir o controle social da Política de Assistência Social, contribuindo decisivamente para a efetivação dos direitos socioassistenciais no âmbito municipal, estadual e nacional.

Procedimento aplicado para cada escala de análise:

- **Municípios:**

O cálculo do IDConselho Sintético Municipal é realizado a partir do desempenho do Conselho de Assistência Social nas três dimensões avaliadas. Inicialmente, somam-se os níveis atribuídos a cada uma dessas dimensões, Estrutura Administrativa,

Dinâmica de Funcionamento e Composição do Conselho.

Cada dimensão apresenta pontuação que varia de 1 (menor nível de desenvolvimento) a 5 (maior nível de desenvolvimento), com base nas informações declaradas pelos

municípios nos questionários do Censo SUAS.

O valor obtido pela soma das três dimensões é então dividido por três, resultando na média aritmética que constitui o IDConselho Sintético Municipal, conforme a fórmula abaixo:

$$\text{IDConselho} = \frac{(\text{Nota da Estrutura} + \text{Nota do Funcionamento} + \text{Nota da Composição})}{3}$$

Esse procedimento permite mensurar, de forma integrada e padronizada, o nível de desenvolvimento dos Conselhos Municipais de Assistência Social em cada território.

- **Estado de Pernambuco:**

Para o cálculo do IDConselho Sintético Estadual, considera-se o conjunto total de Conselhos Municipais de Assistência Social existentes no estado. Inicialmente, é calculado o IDConselho de cada município, por meio da soma dos níveis obtidos nas três dimensões avaliadas, Estrutura Administrativa, Dinâmica de Funcionamento e Composição do Conselho, dividida por três.

Em seguida, o IDConselho Sintético Estadual é obtido pela média dos resultados municipais, assegurando que o índice reflita de maneira fidedigna o desempenho agregado de todos os Conselhos no território

pernambucano. Esse procedimento garante uma visão abrangente da situação estadual, permitindo análises comparativas e o monitoramento das tendências de desenvolvimento dos Conselhos de Assistência Social.

- **Regiões de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco (RD):**

Para o cálculo do IDConselho Sintético das Regiões de Desenvolvimento (RD), considera-se diretamente o conjunto de Conselhos pertencentes a cada região. O procedimento consiste em somar os IDConselho Municipais de todos os Conselhos que integram determinado território e dividir esse total pela quantidade de Conselhos existentes na respectiva RD.

O resultado corresponde ao IDConselho Sintético Regional, que representa a média de desempenho dos Conselhos naquele território. Esse método permite identificar, de forma comparativa, as diferenças regionais no desenvolvimento dos Conselhos de Assistência Social, possibilitando análises mais aprofundadas acerca das dinâmicas territoriais e das desigualdades estruturais presentes no Estado.

Resultado do Índice de Desenvolvimento dos Conselhos Municipais de Assistência Social (IDConselho) para o ano de 2024

Os resultados do IDConselho referentes ao ano de 2024 foram divulgados pela SNAS, por meio da Coordenação-Geral de Planejamento, Vigilância Socioassistencial e Gestão da Informação, em outubro de 2025. A

divulgação desses dados reforça a diretriz estabelecida pela NOB/SUAS 2012, que reconhece o controle social como um dos pilares estruturantes da gestão do SUAS e destaca a

importância do monitoramento e da avaliação na consolidação da política pública.

A disponibilização do IDConselho permite que gestores, técnicos, pesquisadores e demais atores do Sistema Único de Assistência Social identifiquem avanços, desafios e tendências no fortalecimento dos Conselhos de Assistência Social nos diferentes territórios. Além disso, oferece subsídios estratégicos para o planejamento, a alocação de recursos, a definição de prioridades e a promoção de maior equidade, transparência e eficiência na oferta dos serviços socioassistenciais voltados à população em situação de vulnerabilidade e risco social.

No Estado de Pernambuco, **183 conselhos** responderam ao **Censo SUAS 2024**, possibilitando o cálculo do IDConselho Sintético Estadual que resultou em **3,06**. Esse valor representa uma **queda no desempenho**, configurando o menor resultado da **série histórica iniciada em 2014**. Tal retrocesso reflete, a persistência de fragilidades estruturais e operacionais no funcionamento dos Conselhos de Assistência Social no estado, entre as quais se destacam:

- Insuficiência de recursos humanos e materiais;
- Elevada rotatividade de conselheiros e técnicos;
- Baixa regularidade das reuniões plenárias;
- Limitação nos processos de formação e capacitação continuada;
- Fragilidades na articulação com a gestão municipal e na integração com outras políticas públicas.

Esses desafios mostram a necessidade de fortalecimento do apoio técnico, da ampliação

das ações de formação continuada e do acompanhamento sistemático do funcionamento dos Conselhos, de modo a potencializar sua efetividade no exercício do controle social e contribuir para a melhoria contínua dos indicadores que compõem o IDConselho.

A nota estadual de 3,06 corresponde à média das três dimensões que integram o índice, conforme dito anteriormente: Estrutura Administrativa, Dinâmica de Funcionamento e Composição do Conselho, cujos resultados específicos são detalhados abaixo:

Estrutura Administrativa	Dinâmica de Funcionamento	Composição do Conselho
2,91	2,61	3,68

A dimensão de Composição do Conselho apresentou um leve crescimento em relação ao ano anterior, refletindo não apenas a existência formal dos Conselhos, mas, sobretudo, o grau de institucionalização, a representatividade e o nível de atuação dos segmentos que compõem o colegiado. Essa dimensão evidencia a capacidade dos Conselhos de constituírem espaços democráticos, plurais e efetivos, assegurando a participação paritária entre governo e sociedade civil.

Os gráficos da série histórica, apresentados a seguir, ilustram a evolução do IDConselho Sintético em Pernambuco ao longo da última década, permitindo visualizar tendências, avanços e períodos de retração no desempenho dos Conselhos Municipais de Assistência Social.

Com o propósito de qualificar, fortalecer e oferecer suporte técnico às equipes municipais,

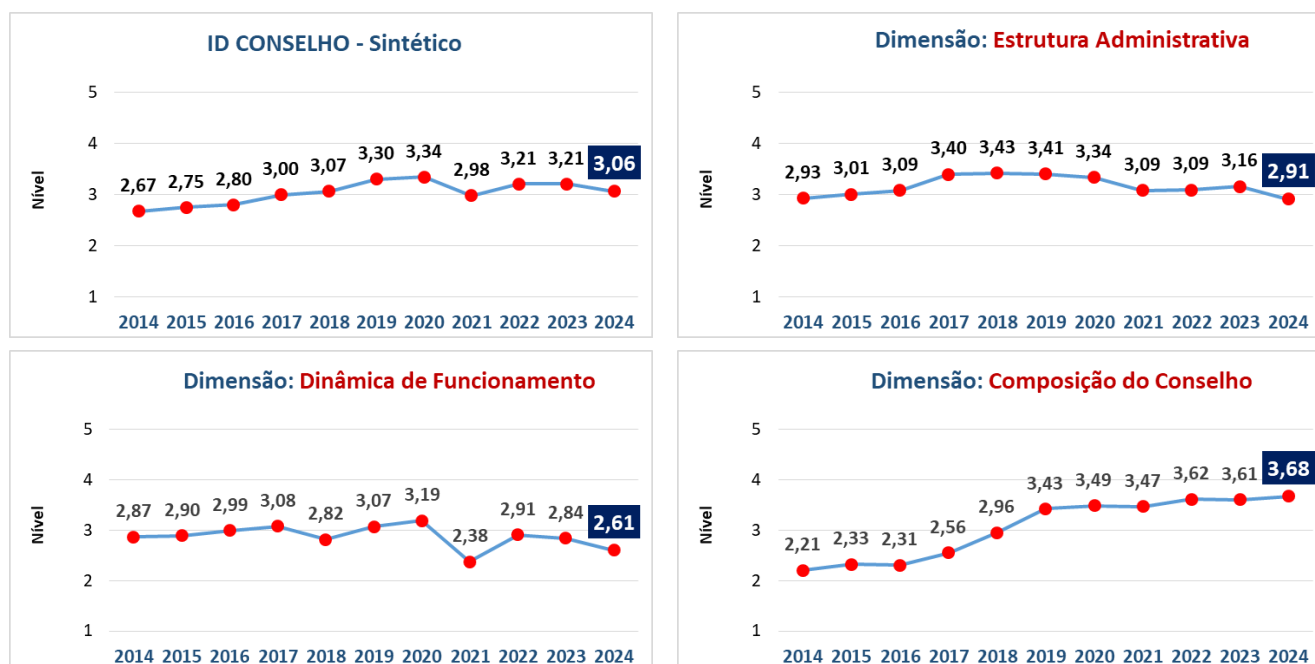
e considerando, as três dimensões analisadas e seus respectivos indicadores, adotou-se uma metodologia de classificação por faixas de desempenho. Essa metodologia permite identificar, de forma objetiva, o quantitativo de Conselhos em cada situação, contribuindo para orientar estratégias de apoio, monitoramento e indução de melhorias. As faixas estão estabelecidas da seguinte forma:

- 1,00 a 1,99 — Insuficiente;
- 2,00 a 2,99 — Baixo;

- 3,00 a 3,99 — Regular;
- 4,00 a 4,99 — Bom;
- 5,00 — Ótimo.

Essa classificação facilita a análise dos resultados críticos (pontuações entre 1,00 e 2,99) e evidencia os territórios que demandam maior atenção técnica, investimento e acompanhamento sistemático, visando à elevação progressiva da qualidade dos Conselhos e, consequentemente, ao fortalecimento do controle social no âmbito do SUAS.

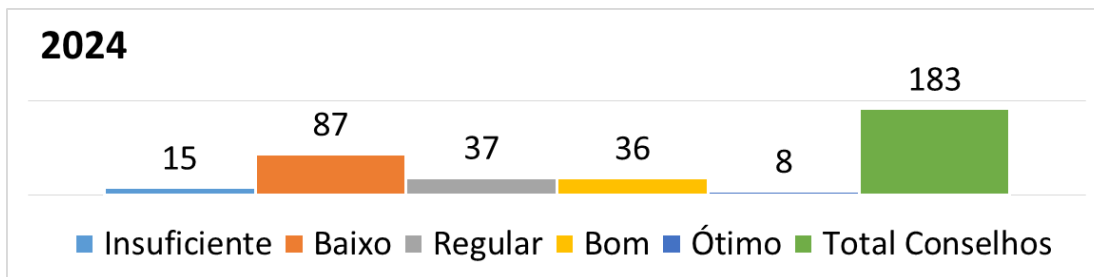
Gráfico 1 - Série Histórica do IDConselho (2014 a 2024) para o Estado de Pernambuco



Fonte: Coordenadora-Geral de Planejamento, Vigilância Socioassistencial e Gestão da Informação SUAS/SNAS/MDS

Elaboração: Coordenação de Vigilância Socioassistencial/SEASS/SAS

Gráfico 2 - IDConselho 2024 para o Estado de Pernambuco



Fonte: Coordenadora-Geral de Planejamento, Vigilância Socioassistencial e Gestão da Informação SUAS/SNAS/MDS
Elaboração: Coordenação de Vigilância Socioassistencial/SEASS/SAS

Análise dos resultados do IDConselho 2024 e desempenho por Região de Desenvolvimento

A comparação entre os resultados de 2023 e 2024 revela uma redução no desempenho geral dos Conselhos Municipais de Assistência Social em Pernambuco, ainda que o estado tenha conseguido se manter alinhado à média nacional, que permaneceu estável no período analisado.

O IDConselho **Sintético Estadual** apresentou queda de 0,15 pontos, passando de 3,21 em 2023 para 3,06 em 2024, representando o menor resultado da série histórica recente. Essa redução pode representar desafios persistentes na consolidação da gestão colegiada e no fortalecimento do controle social no âmbito do SUAS.

A dimensão de **Estrutura Administrativa** apresentou queda de 0,25 pontos, reduzindo de 3,16 (2023) para 2,91 (2024). Esse decréscimo sugere fragilidades na disponibilidade e execução de recursos para o funcionamento contínuo do colegiado, assim como insuficiência de infraestrutura física adequada para reuniões, atendimento e arquivamento de documentos, além de limitações na oferta de equipamentos essenciais, comprometendo a celeridade dos processos e a efetividade da comunicação interna e externa.

Essas carências afetam diretamente a autonomia, a organização e a estabilidade institucional dos Conselhos.

Já a dimensão de **Dinâmica de Funcionamento** registrou redução de 0,23 pontos, passando de 2,84 para 2,61. Tal queda sugere diminuição na regularidade, intensidade ou qualidade dos processos deliberativos, como realização das reuniões plenárias, o acompanhamento das políticas e programas socioassistenciais, a execução das atribuições previstas no regimento e na LOAS e a efetividade do monitoramento das ações da rede socioassistencial e das deliberações das Conferências. Essa variação aponta para um enfraquecimento do ritmo institucional do Conselho.

Em contrapartida, a dimensão de **Composição do Conselho** exibiu leve crescimento de 0,07 pontos, passando de 3,61 (2023) para 3,68 (2024). Isso pode estar relacionado à melhor adequação aos critérios de representatividade e paridade, ao fortalecimento da presença de usuários, seus representantes e trabalhadores do SUAS e ao aprimoramento nos

processos de escolha e renovação dos conselheiros.

Apesar desse progresso, o incremento na composição não tem sido suficiente para compensar as fragilidades estruturais e operacionais identificadas nas demais dimensões.

O conjunto das variações indica um cenário de fragilidade progressiva na capacidade dos Conselhos de responder plenamente às demandas do território e exercer sua função de controle social. As principais limitações identificadas incluem a insuficiência de recursos humanos, técnicos e materiais; rotatividade elevada de conselheiros e equipes de apoio; menor regularidade ou participação nas reuniões; fragilidades no acompanhamento das deliberações; escassez de ações descentralizadas e mobilizadoras; carência de infraestrutura adequada.

Ainda que haja avanços na composição dos colegiados, a melhora isolada nessa dimensão não reverte os desafios encontrados nas demais áreas.

Por outro lado, o período também registra melhorias na rede socioassistencial, especialmente na ampliação da oferta de serviços e na qualificação das unidades públicas, demonstrando o compromisso das gestões municipais com o fortalecimento do SUAS.

Assim, os resultados reforçam a necessidade de investimentos contínuos em apoio administrativo, e técnico; infraestrutura adequada; formação continuada; mecanismos de participação e mobilização.

Essas ações são essenciais para recuperar a efetividade dos Conselhos, fortalecer o controle

social e garantir respostas mais qualificadas frente às vulnerabilidades presentes nos territórios.

A análise regionalizada evidencia heterogeneidade significativa entre os territórios, indicando diferentes estágios de organização e maturidade dos Conselhos.

A Região do Agreste apresentou o melhor desempenho estadual, com IDConselho Sintético de 3,17. Os resultados das dimensões — Estrutura Administrativa (2,85), Dinâmica de Funcionamento (3,00) e Composição (3,65) — mostram um desempenho mediano e necessidade de atenção à disponibilidade de recursos humanos e estabilidade institucional.

O Agreste Central, ocupou a segunda posição, com 3,16, demonstrando desempenho equilibrado entre as dimensões. Seguido pelo Sertão do Moxotó, em terceiro lugar com 3,14, que obteve o melhor resultado estadual em Estrutura Administrativa (3,29), indicando maior capacidade institucional para sustentar o funcionamento contínuo dos Conselhos.

De maneira geral, observa-se descompasso entre as dimensões, especialmente entre Estrutura Administrativa e Dinâmica de Funcionamento, ambas apresentando os menores valores médios no estado. Apesar disso, diversas regiões exibem resultados expressivos na Composição do Conselho, o que contribui para impulsionar os índices sintéticos.

O IDConselho Estadual de 2024 (3,06) demonstra desempenho estável, porém permeado por fragilidades que exigem monitoramento e estratégias de apoio contínuo.

A tabela abaixo, sintetiza o desempenho das Regiões de Desenvolvimento (RD) do Estado de Pernambuco em 2024.

Tabela 1 – IDConselho Sintético 2024 das Regiões de Desenvolvimento do estado de Pernambuco
(Ordenado pela coluna IDConselho Sintético do maior para o menor)

RD	Qtd de CRAS (Censo SUAS 2024)	Índices das Dimensões			ID CONSELHO Sintético
		Estrutura Administrativa	Dinâmica de Funcionamento	Composição do Conselho	
RD 07 - Agreste Meridional	26	2,85	3,00	3,65	3,17
RD 08 - Agreste Central	27	3,07	2,63	3,78	3,16
RD 06 - Sertão do Moxotó	7	3,29	2,43	3,71	3,14
RD 04 - Sertão Central	8	2,75	2,00	4,63	3,13
RD 10 - Mata Sul	22	2,96	2,96	3,43	3,12
RD 12 - Região Metropolitana	14	2,93	2,60	3,73	3,09
RD 11 - Mata Norte	19	2,37	2,95	3,95	3,09
RD 05 - Sertão do Pajeú	17	2,94	2,59	3,59	3,04
RD 03 - Sertão do Araripe	10	3,00	2,80	3,30	3,03
RD 01 - Sertão de Itaparica	7	3,00	2,14	3,43	2,86
RD 09 - Agreste Setentrional	19	3,11	2,00	3,42	2,84
RD 02 - Sertão do São Francisco	7	2,86	1,71	3,86	2,81
Pernambuco	183	2,91	2,61	3,68	3,06

Fonte: Coordenadora-Geral de Planejamento, Vigilância Socioassistencial e Gestão da Informação SUAS/SNAS/MDS

Elaboração: Coordenação de Vigilância Socioassistencial/SEASS/SAS

A maior elevação percentual do IDConselho Sintético entre 2023 e 2024 foi registrada na **Região do Sertão do Araripe**, com um aumento de **10,96%**, seguida pelo **Sertão Central**, que cresceu **8,70%**, e pelo **Sertão do Pajeú**, com elevação de **0,66%**. Esses resultados demonstram avanços nos Conselhos dessas regiões, que superaram tanto a média estadual, (3,06) em 2024, quanto à média nacional (2,52) no mesmo período.

Em contraste, as maiores reduções ocorreram no **Sertão do São Francisco**, com queda de **23,36%**, no **Agreste Setentrional**, com **13,83%**, e no **Sertão de Itaparica**, com **7,69%** de redução. Esses declínios sugerem desafios

importantes para a manutenção da qualidade dos serviços ofertados, destacando a necessidade de maior atenção aos Conselhos nessas regiões.

A **Região Metropolitana**, embora tenha registrado uma redução de **6,11%**, manteve-se entre os melhores índices do estado, alcançando **4,33 pontos**, o que evidencia a persistência de desigualdades estruturais no território.

De forma geral, essas observações permitem compreender o desempenho regional dos Conselhos em 2024, tanto em termos absolutos (nível alcançado) quanto relativos (variação percentual), fornecendo subsídios para planejamento e políticas de melhoria. Confira a tabela abaixo:

Tabela 2 – Série Histórica do IDCconselho Sintético das Regiões de Desenvolvimento (RD) de Pernambuco
(Ordenado pela coluna do % de aumento/redução em 2024 em relação a 2023)

RD	ID CONSELHO Sintético											% de aumento / redução em 2024 em relação a 2023
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	
RD 03 - Sertão do Araripe	2,53	2,87	2,67	3,03	3,00	2,57	2,80	2,60	2,47	2,73	3,03	10,96
RD 04 - Sertão Central	3,12	3,21	2,92	3,33	3,42	3,25	3,50	2,79	3,58	2,88	3,13	8,70
RD 05 - Sertão do Pajeú	2,82	2,65	2,82	3,24	3,20	3,49	3,39	3,18	3,18	3,02	3,04	0,66
RD 06 - Sertão do Moxotó	2,71	3,38	2,67	2,86	2,48	3,24	2,95	3,86	3,43	3,14	3,14	-0,05
RD 07 - Agreste Meridional	2,26	2,42	2,63	2,88	3,13	3,29	3,48	3,05	3,28	3,19	3,17	-0,81
RD 10 - Mata Sul	2,62	2,64	2,49	3,01	2,99	3,49	3,48	2,77	3,36	3,20	3,12	-2,72
RD 11 - Mata Norte	2,37	2,61	2,61	3,04	2,93	3,28	3,42	2,98	3,47	3,25	3,09	-4,86
RD 12 - Região Metropolitana	2,87	2,64	3,00	2,65	3,20	3,27	3,42	3,00	3,33	3,29	3,09	-6,11
RD 08 - Agreste Central	2,89	2,84	3,05	3,15	3,12	3,35	3,27	2,84	3,11	3,40	3,16	-6,90
RD 01 - Sertão de Itaparica	3,14	3,19	3,29	3,19	3,57	3,71	3,71	3,10	3,24	3,10	2,86	-7,69
RD 09 - Agreste Setentrional	2,61	2,77	2,98	2,79	2,81	3,26	3,12	3,16	2,93	3,30	2,84	-13,83
RD 02 - Sertão do São Francisco	2,86	2,90	2,71	3,00	3,14	3,05	3,33	2,67	2,95	3,67	2,81	-23,36
Pernambuco	2,67	2,75	2,80	3,00	3,07	3,30	3,34	2,98	3,21	3,21	3,06	-4,39

Fonte: Coordenadora-Geral de Planejamento, Vigilância Socioassistencial e Gestão da Informação SUAS/SNAS/MDS

Elaboração: Coordenação de Vigilância Socioassistencial/SEASS/SAS

Dando continuidade ao estudo das regiões de desenvolvimento, observa-se que 66 municípios apresentaram melhora em seus índices, e alguns deles se destacaram de forma significativa no crescimento do IDConselho Sintético entre 2023 e 2024.

Oito municípios compartilham o 1º lugar no ranking, todos com nota máxima: Escada, Exu, Gravatá, Ouricuri, Salgueiro, Terezinha, Triunfo e Taquaritinga do Norte. Ressaltamos o destaque de Taquaritinga do Norte, por manter a nota 5,00 desde 2021, demonstrando elevada estabilidade e desempenho contínuo.

Destaca-se ainda o expressivo aumento de 66,7% no município de Santa Filomena, cujo índice passou de 1,00 para 3,00 pontos entre

2023 e 2024. Em seguida, Bom Conselho e Ferreiros registraram crescimento de 41,66%, alcançando ambos a pontuação de 4,00, evidenciando avanços relevantes na organização e atuação de seus Conselhos.

Por outro lado, 22 municípios mantiveram suas notas em relação ao ano anterior. Apesar dessa estabilidade, os indicadores reforçam que, embora o desempenho municipal seja heterogêneo e marcado por contrastes, há municípios que demonstram avanços expressivos, contribuindo para o fortalecimento dos Conselhos em Pernambuco.

A tabela a seguir apresenta os 35 municípios que registraram as maiores taxas de crescimento do IDConselho entre 2023 e 2024.

Tabela 3 – Municípios com as Maiores Taxas de Crescimento do IDConselho Sintético entre 2023 e 2024.

Município	Regiões de Desenvolvimento (RD)	ID CONSELHO Sintético		
		2023	2024	Aumento
Santa Filomena	RD 03 - Sertão do Araripe	1,00	3,00	66,67
Bom Conselho	RD 07 - Agreste Meridional	2,33	4,00	41,67
Ferreiros	RD 11 - Mata Norte	2,33	4,00	41,67
Alagoinha	RD 08 - Agreste Central	1,00	1,67	40,12
Paranatama	RD 07 - Agreste Meridional	1,00	1,67	40,12
Cortês	RD 10 - Mata Sul	1,67	2,67	37,58
Itapetim	RD 05 - Sertão do Pajeú	1,67	2,67	37,58
Escada	RD 10 - Mata Sul	3,33	5,00	33,33
Bodocó	RD 03 - Sertão do Araripe	2,00	3,00	33,33
Condado	RD 11 - Mata Norte	2,00	3,00	33,33
Sirinhaém	RD 10 - Mata Sul	3,33	4,67	28,62
Ibimirim	RD 06 - Sertão do Moxotó	1,67	2,33	28,47
Brejão	RD 07 - Agreste Meridional	2,67	3,67	27,34
São Lourenço da Mata	RD 12 - Região Metropolitana	2,67	3,67	27,34
Serrita	RD 04 - Sertão Central	2,67	3,67	27,34
Tamandaré	RD 10 - Mata Sul	2,67	3,67	27,34
Granito	RD 03 - Sertão do Araripe	2,00	2,67	25,09
Inajá	RD 06 - Sertão do Moxotó	3,00	4,00	25,00
Jaqueira	RD 10 - Mata Sul	3,00	4,00	25,00
Belém de Maria	RD 10 - Mata Sul	2,33	3,00	22,22
Carnaubeira da Penha	RD 01 - Sertão de Itaparica	2,33	3,00	22,22
São José do Egito	RD 05 - Sertão do Pajeú	2,33	3,00	22,22
Agrestina	RD 08 - Agreste Central	3,67	4,67	21,48
Exu	RD 03 - Sertão do Araripe	4,00	5,00	20,00
Ouricuri	RD 03 - Sertão do Araripe	4,00	5,00	20,00
Terezinha	RD 07 - Agreste Meridional	4,00	5,00	20,00
Cabo de Santo Agostinho	RD 12 - Região Metropolitana	3,00	3,67	18,26
Saloá	RD 07 - Agreste Meridional	3,00	3,67	18,26
Ilha de Itamaracá	RD 12 - Região Metropolitana	3,33	4,00	16,67
Brejinho	RD 05 - Sertão do Pajeú	1,67	2,00	16,67
Orobó	RD 09 - Agreste Setentrional	1,67	2,00	16,67
Caruaru	RD 08 - Agreste Central	3,67	4,33	15,32
Jaboatão dos Guararapes	RD 12 - Região Metropolitana	3,67	4,33	15,32
Jucati	RD 07 - Agreste Meridional	2,00	2,33	14,16
Santa Cruz	RD 03 - Sertão do Araripe	2,00	2,33	14,16

Fonte: Coordenadora-Geral de Planejamento, Vigilância Socioassistencial e Gestão da Informação SUAS/SNAS/MDS

Elaboração: Coordenação de Vigilância Socioassistencial/SEASS/SAS

IDConselho Sintético por Porte Municipal – 2024

Como desdobramento da análise dos resultados do IDConselho 2024, que inicialmente considerou o desempenho das Regiões de Desenvolvimento (RD) do Estado, é pertinente avançar para um segundo recorte, agora tomando como referência o porte populacional dos municípios. Esse enfoque permite compreender como o tamanho da população influencia a capacidade de organização, controle social e a qualificação da gestão dos Conselhos, compondo uma leitura complementar ao panorama anteriormente apresentado.

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS), em 2004, incorporou a classificação dos municípios em **cinco portes populacionais**, parâmetro essencial para a organização da gestão e do cofinanciamento do SUAS. Essa tipologia, regulamentada pela NOB/SUAS de 2005 e reafirmada em 2012, divide os municípios em:

- Pequeno Porte I (até 20 mil habitantes)
- Pequeno Porte II (20.001 a 50 mil)
- Médio Porte (50.001 a 100 mil)
- Grande Porte (100.001 a 900 mil)
- Metrópole (acima de 900 mil)

Mais recentemente, a Resolução CIT nº 16, de 26 de novembro de 2024, pactuou a atualização dessa classificação com base nos dados populacionais de 2022, reforçando a relevância do critério para a gestão descentralizada e o planejamento das ações no âmbito do SUAS.

Considerando essa tipologia, o desempenho do IDConselho Sintético 2024

revela relativa homogeneidade entre os diferentes portes, com algumas particularidades importantes.

Municípios de Grande Porte – IDConselho Sintético

Entre os 11 municípios/conselhos, classificados como Grande Porte, o índice foi de 3,45, impulsionado sobretudo pelas dimensões de Composição do Conselho (3,73) e Estrutura Administrativa (3,45). Destacam-se:

- Caruaru e Jaboatão dos Guararapes, com nota 4,33 (3º lugar), ampliando em 15,31% seus resultados em relação a 2023;
- São Lourenço da Mata com nota 3,67 (8º lugar), com aumento de 27,33% no período;
- Em contrapartida, Igarassu apresentou redução de 43,06%, alcançando 2,33 (9º lugar), e Paulista registrou queda de 66,66%, com 2,00 (10º lugar).

Municípios de Médio Porte – IDConselho Sintético

Nos 21 municípios/conselhos, o IDConselho Sintético foi de 3,54, com seu melhor desempenho na dimensão de Composição do Conselho (4,05). Entre os mais bem avaliados:

- Escada, Ouricuri, Gravatá e Salgueiro – 5,00 (1ª lugar);
- Buíque com nota 4,67 (2º lugar), embora tenha apresentado queda em relação a 2023, quando obteve 5,00 e ocupava o 1º lugar.

- Serra Talhada, também apresentou redução: de 5,00 em 2023 para 4,33 em 2024 (3º lugar).

Metrópole – Recife – IDConselho Sintético

A Metrópole Recife, apresentou queda de desempenho, passando para 4,33 (3º lugar), com redução de 15,47% em relação ao resultado de 2023 (5,00) e figurava entre as melhores avaliações do estado. A redução foi influenciada principalmente pela dimensão Dinâmica de Funcionamento (3,00), enquanto Estrutura Administrativa e Composição do Conselho mantiveram avaliação máxima (5,00), revelando desafios na cobertura, articulação e periodicidade das ações.

Municípios de Pequeno Porte I – IDConselho Sintético

O grupo de Pequeno Porte I é composto por 85 municípios, além do Distrito Estadual de Fernando de Noronha. Contudo, Maraial não apresentou dados, e Noronha não possui Conselho, totalizando 84 municípios considerados no cálculo. O grupo obteve índice geral de 2,81, com melhor desempenho na dimensão Composição do Conselho (3,47).

- Terezinha, Triunfo e Ferreiros – 5,00;
- Vertente do Lério foi o município deste porte com maior queda no desempenho geral em comparação com o ano de 2023, onde tinha nota 2,67 e estava dentre os municípios que estavam em 9º lugar, em 2024 o município passou para 12ª colocação com nota 1,33.

Municípios de Pequeno Porte II – IDConselho Sintético

Por fim, os 66 municípios de Pequeno Porte II registraram IDConselho Sintético de 3,16, com melhores desempenhos nas

dimensões Composição do Conselho (3,80) e Estrutura Administrativa (3,11). Os municípios com os melhores resultados foram:

- João Alfredo e Taquaritinga do Norte – 5,00 (1º lugar);
- Sirinhaém, Agrestina, Itaíba, Afogados da Ingazeira e Cabrobó – 4,67 (2º lugar);

A análise do IDConselho 2024 por porte populacional demonstra que, embora haja certa homogeneidade nos resultados gerais, persistem diferenças estruturais importantes que influenciam a capacidade de organização, funcionamento e qualificação da gestão dos Conselhos de Assistência Social no Estado. O desempenho mais elevado entre municípios de Médio e Grande Porte, bem como da Metrópole, contrasta com os desafios mais acentuados observados entre os municípios de Pequeno Porte I e II, especialmente no tocante à Dinâmica de Funcionamento e à Estrutura Administrativa, dimensões mais sensíveis às restrições de capacidade técnica e operacional.

No conjunto estadual, considerando os 183 Conselhos que responderam ao Censo SUAS em 2024, o desempenho médio evidencia uma necessidade de melhoria conforme o porte municipal. Esse padrão confirma que a variação do IDConselho não se explica apenas por condições isoladas de gestão, mas resulta da interação entre fatores estruturais, capacidades institucionais e realidades territoriais. Assim, quando comparada à variação entre as Regiões de Desenvolvimento, essa análise reforça que tanto a localização geográfica quanto o porte populacional são fatores determinantes para compreender a qualidade e a efetividade dos Conselhos no Estado.

Os resultados também reafirmam a importância de considerar o porte municipal como parâmetro estratégico para o planejamento, o cofinanciamento e o apoio técnico no âmbito do SUAS, conforme reafirmado pela atualização da tipologia pactuada na Resolução CIT nº 16/2024. Municípios maiores tendem a apresentar maiores condições estruturais e recursos para garantir Conselhos mais organizados, enquanto municípios de menor porte demandam estratégias diferenciadas de fortalecimento, que

contemplem acompanhamento sistemático, apoio à formação e provisão de meios administrativos adequados.

Nesse contexto, o desempenho por porte populacional, conforme apresentado na tabela síntese do IDConselho Sintético 2024, oferece subsídios essenciais para o aprimoramento das políticas de indução, monitoramento e fortalecimento dos Conselhos, contribuindo para a consolidação do controle social e para o aperfeiçoamento da gestão descentralizada do SUAS em Pernambuco.

Tabela 4 – IDConselho Sintético por Porte Municipal - 2024

Porte Municipal	Qtd de CRAS (Censo SUAS 2024)	Índices das Dimensões			ID Conselho Sintético
		Estrutura Administrativa	Dinâmica de Funcionamento	Composição do Conselho	
Grande Porte	11	3,45	3,18	3,73	3,45
Médio Porte	21	3,52	3,05	4,05	3,54
Metrópole	1	5,00	3,00	5,00	4,33
Pequeno Porte I	84	2,52	2,44	3,47	2,81
Pequeno Porte II	66	3,11	2,58	3,80	3,16
Pernambuco	183	2,52	2,44	3,47	2,81

Fonte: Coordenadora-Geral de Planejamento, Vigilância Socioassistencial e Gestão da Informação SUAS/SNAS/MDS

Elaboração: Coordenação de Vigilância Socioassistencial/SEASS/SAS

Distribuição dos Conselhos por Níveis do Indicador em 2024

Segundo o Censo SUAS de 2024, Pernambuco contava neste ano com 183 Conselhos que preencheram o Censo, sabendo que cada município tem um Conselho Municipal de Assistência Social, exceto o Distrito Estadual de Fernando de Noronha, significa dizer que 99,45% dos Conselhos responderam o Censo.

Em relação ao desempenho dos Conselhos, **15 Conselhos** apresentaram índice

sintético entre **1 e 1,99 (8%)**, maior parte deles **87 Conselhos** registraram índice entre **2 e 2,99 (48%)**. Enquanto **37 Conselhos**, situa-se na faixa de **3 a 3,99 (20%)**, considerada uma situação regular, e **36 Conselhos** alcançaram índices entre **4 e 4,99 (20%)**, classificadas como boas. Por fim, **8 Conselhos** se destacam com o padrão mais elevado de qualidade desejável, **nível 5 (4%)**.

Embora os dados mostrem uma concentração significativa das unidades nas faixas baixo e regular, evidenciando uma regressão na qualidade dos conselhos, existem desafios a serem enfrentados para ampliar o número de Conselhos com desempenho elevado e alcançar um padrão mais uniforme em todo o Estado.

O gráfico a seguir apresenta a distribuição dos Conselhos por nível do indicador, permitindo visualizar o panorama geral dos Conselhos em Pernambuco, em conexão com os níveis de qualidade destacados anteriormente nos municípios com maior crescimento do IDConselho.

Gráfico 2 – Quantitativo de Conselho por Nível do IDConselho- 2024

IDConselho 2024 - Níveis de 1 a 5					
Quantitativo de CRAS	Insuficiente ↓ 1 1,99	Baixo 2 2,99	Regular 3 3,99	Bom 4 4,99	Ótimo 5 ↓
	15	87	37	36	8
%	8%	48%	20%	20%	4%
Nível 1 Quanto mais próximo do nível 1, mais distantes do padrão de qualidade almejado			Nível 5 Quanto mais próximo do nível 5, mais se aproxima dos padrões de qualidade desejáveis		

Fonte: Coordenadora-Geral de Planejamento, Vigilância Socioassistencial e Gestão da Informação SUAS/SNAS/MDS

Elaboração: Coordenação de Vigilância Socioassistencial/SEASS/SAS

Com base nos dados do IDConselho Sintético dos municípios em 2024, observa-se que a maioria se concentra na faixa de desempenho regular, com indicador entre **3,00 e 3,99**, reunindo **37%** do total.

Outros **31%** dos municípios registraram níveis entre **2,00 e 2,99**, faixa que aponta dificuldades mais significativas na implementação das políticas de assistência social.

Enquanto **20%** alcançaram níveis entre **4,00 e 4,99**, patamar considerado acima da média, o que demonstra que uma parcela expressiva das administrações municipais vem conseguindo avançar de forma consistente na consolidação de seus serviços socioassistenciais.

Entretanto, apenas **4%** dos municípios atingiram a **nota máxima de 5,00**, evidenciando que alcançar o nível mais elevado de desenvolvimento ainda é um desafio a ser superado.

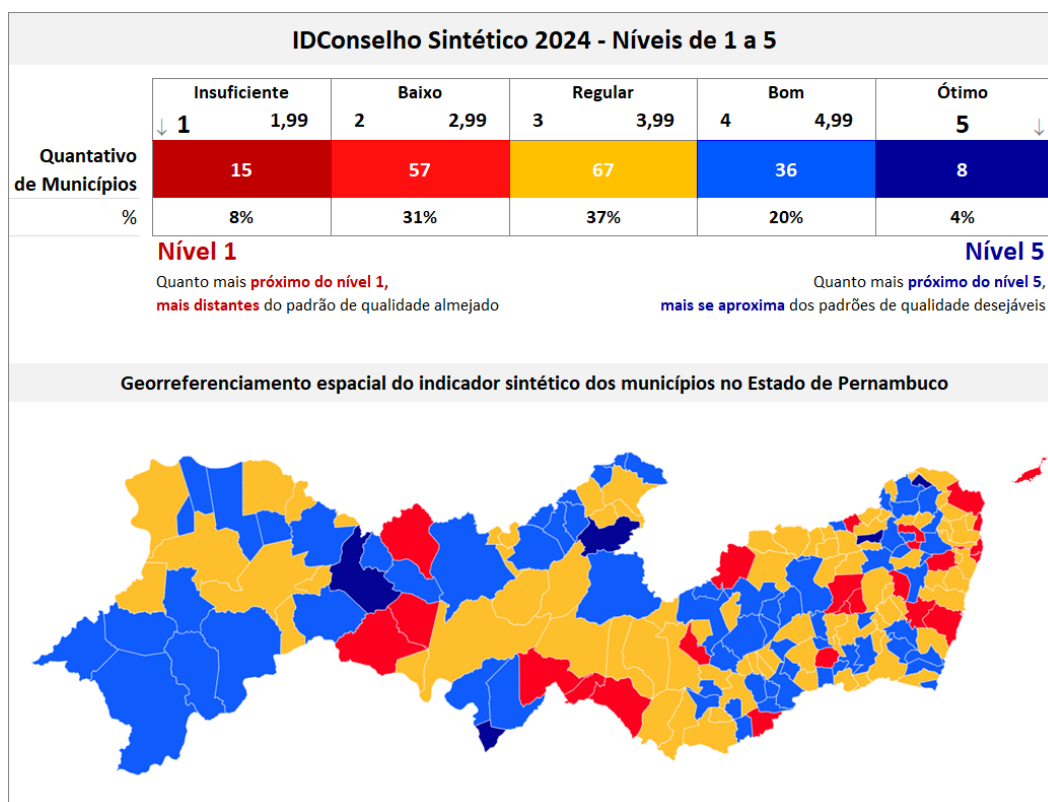
Entre os resultados menos expressivos, apenas **8%** dos municípios registraram níveis entre **1,00 e 1,99**, faixa que aponta dificuldades mais significativas na implementação das políticas de assistência social.

Quando se observa em paralelo o desempenho dos equipamentos e o resultado do indicador sintético municipal, percebe-se uma trajetória coerente de fortalecimento da política de assistência social no Estado. Enquanto os CRAS se distribuem majoritariamente entre os

níveis regular (3,00 a 3,99) e bom (4,00 a 4,99), os municípios também apresentam essa mesma tendência, confirmando que os avanços institucionais e estruturais nos equipamentos repercutem diretamente no desempenho do poder público municipal. Esse alinhamento reforça não apenas o compromisso das administrações municipais, mas também a capacidade do Estado em ampliar a qualidade e a efetividade dos serviços socioassistenciais.

O gráfico 3 apresenta a distribuição dos municípios pernambucanos por nível do IDCRAS Sintético em 2024, acompanhada do georreferenciamento espacial. Essa representação permite visualizar não apenas o quantitativo em cada nível do indicador, mas também a localização territorial dos municípios, oferecendo uma leitura mais ampla sobre a consolidação da rede socioassistencial.

Gráfico 3 – Distribuição e Georreferenciamento dos **Municípios** por **Nível** do IDConselho Sintético - 2024



Fonte: Coordenadora-Geral de Planejamento, Vigilância Socioassistencial e Gestão da Informação SUAS/SNAS/MDS
Elaboração: Coordenação de Vigilância Socioassistencial/SEASS/SAS

Municípios com os Maiores IDConselho Sintético em Pernambuco - 2024

Entre os municípios pernambucanos, 14 se destacaram por apresentar os **maiores níveis** no IDConselho Sintético - 2024. Desses, oito alcançaram o índice máximo de 5,00,

considerado ótimo, enquanto seis municípios obtiveram o indicador de 4,67, evidenciando um desempenho acima da média e consolidando-se

como referências no fortalecimento da política de assistência social.

A análise territorial revela que esses 14 municípios estão distribuídos por diferentes Regiões de Desenvolvimento, demonstrando que o bom desempenho não se concentra em uma área única do Estado:

- Sertões do Araripe: 2 municípios
- Sertão Central: 1 município
- Sertões do Pajeú: 2 municípios
- Agreste Meridional: 2 municípios
- Agreste Central: 2 municípios
- Agreste Setentrional: 1 município
- Mata Sul: 2 municípios

Essa distribuição mostra que os resultados positivos estão associados ao avanço dos mecanismos de participação, ao

fortalecimento do controle social e à qualificação da gestão dos Conselhos Municipais de Assistência Social.

Os municípios com as maiores Taxas de Crescimento do IDConselho Sintético não se limitam a uma única região, mas se espalham por diferentes territórios, demonstrando que **é possível alcançar resultados expressivos independentemente do porte populacional ou da localização geográfica.**

A tabela 6 apresenta detalhadamente os índices alcançados nas dimensões de **Estrutura Administrativa, Dinâmica de Funcionamento e Composição do Conselho**, além do indicador sintético final.

Tabela 6 – Municípios com maiores índices para o IDConselho Sintético – 2024

Município	Regiões de Desenvolvimento (RD)	Índices das Dimensões			ID CONSELHO Sintético
		Estrutura Administrativa	Dinâmica de Funcionamento	Composição do Conselho	
Escada	RD 10 - Mata Sul	5,00	5,00	5,00	5,00
Exu	RD 03 - Sertão do Araripe	5,00	5,00	5,00	5,00
Ouricuri	RD 03 - Sertão do Araripe	5,00	5,00	5,00	5,00
Terezinha	RD 07 - Agreste Meridional	5,00	5,00	5,00	5,00
Gravatá	RD 08 - Agreste Central	5,00	5,00	5,00	5,00
Salgueiro	RD 04 - Sertão Central	5,00	5,00	5,00	5,00
Taquaritinga do Norte	RD 09 - Agreste Setentrional	5,00	5,00	5,00	5,00
Triunfo	RD 05 - Sertão do Pajeú	5,00	5,00	5,00	5,00
Sirinhaém	RD 10 - Mata Sul	5,00	4,00	5,00	4,67
Agrestina	RD 08 - Agreste Central	5,00	4,00	5,00	4,67
Itaíba	RD 07 - Agreste Meridional	4,00	5,00	5,00	4,67
Afogados da Ingazeira	RD 05 - Sertão do Pajeú	4,00	5,00	5,00	4,67
Cabrobó	RD 02 - Sertão do São Francisco	5,00	4,00	5,00	4,67
Buíque	RD 07 - Agreste Meridional	4,00	5,00	5,00	4,67

Fonte: Coordenadora-Geral de Planejamento, Vigilância Socioassistencial e Gestão da Informação SUAS/SNAS/MDS

Elaboração: Coordenação de Vigilância Socioassistencial/SEASS/SAS

Municípios com os Menores IDCRAS Sintético em Pernambuco - 2024

Destacam-se 94 municípios com níveis mais baixos de desenvolvimento nos Conselhos, alguns deles com quedas bastante acentuadas. O caso mais crítico é o de Ipubi, que registrou uma queda de 200%, reduzindo sua nota de 3,00 para 1,00. Em seguida, Vertente do Lério teve redução de 100,5%, passando de 2,67 para 1,33, e Altinho, com queda de 100%, caindo de 2,00 para 1,00, revelando piora expressiva nas condições que compõem o IDConselho.

Outros municípios também apresentaram reduções significativas, como Venturosa, com diminuição de 85,98%, Santa Maria do Cambucá e Vertentes, ambas com 79,64%, além de São João, que registrou queda de 74,78%. Esses resultados sugerem fragilidades na estruturação dos Conselhos locais, impactando negativamente a capacidade de supervisão, participação social e qualidade da oferta socioassistencial.

Deste grupo, os piores resultados estão assim distribuídos:

- Sertões de Itaparica: 1 município;
- Sertão do São Francisco: 3 municípios;
- Sertões do Araripe: 2 municípios;

- Sertão Central: 1 município;
- Sertões do Pajeú: 1 município;
- Agreste Meridional: 3 municípios;
- Agreste Central: 4 municípios;
- Agreste Setentrional: 4 municípios;
- Mata Sul: 2 municípios;
- Mata Norte: 2 municípios;
- Região Metropolitana: 2 municípios.

Os declínios observados em parte do território evidenciam a necessidade de ações estratégicas de fortalecimento institucional, apoio técnico contínuo aos Conselhos, monitoramento sistemático das práticas de gestão e funcionamento, estímulo à participação e ao controle social.

Essas medidas são fundamentais para garantir a consolidação e o aprimoramento dos Conselhos de Assistência Social em todas as regiões de Pernambuco.

A tabela complementar apresenta os índices alcançados pelos 13 municípios com as menores taxas de crescimento do IDConselho Sintético, permitindo identificar os principais pontos críticos e orientar intervenções futuras.

Tabela 7 – Municípios com menores índices para o IDCRAS Sintético – 2024

Município	Regiões de Desenvolvimento (RD)	ID CONSELHO Sintético		
		2023	2024	Diminuição
Ipubi	RD 03 - Sertão do Araripe	3,00	1,00	-200,00
Vertente do Lério	RD 09 - Agreste Setentrional	2,67	1,33	-100,50
Altinho	RD 08 - Agreste Central	2,00	1,00	-100,00
Venturosa	RD 07 - Agreste Meridional	4,33	2,33	-85,98
Santa Maria do Cambucá	RD 09 - Agreste Setentrional	3,00	1,67	-79,64
Vertentes	RD 09 - Agreste Setentrional	3,00	1,67	-79,64
São João	RD 07 - Agreste Meridional	4,67	2,67	-74,78
Afrânio	RD 02 - Sertão do São Francisco	4,00	2,33	-71,67
Paulista	RD 12 - Região Metropolitana	3,33	2,00	-66,67
Limoeiro	RD 09 - Agreste Setentrional	4,33	2,67	-62,30
Cachoeirinha	RD 08 - Agreste Central	2,67	1,67	-59,68
Orocó	RD 02 - Sertão do São Francisco	3,67	2,33	-57,37
Tacaimbó	RD 08 - Agreste Central	3,67	2,33	-57,37

Fonte: Coordenadora-Geral de Planejamento, Vigilância Socioassistencial e Gestão da Informação SUAS/SNAS/MDS

Elaboração: Coordenação de Vigilância Socioassistencial/SEASS/SAS

Comparativo do IDConselho Sintético do Estado com o Cenário Nacional e a Região Nordeste

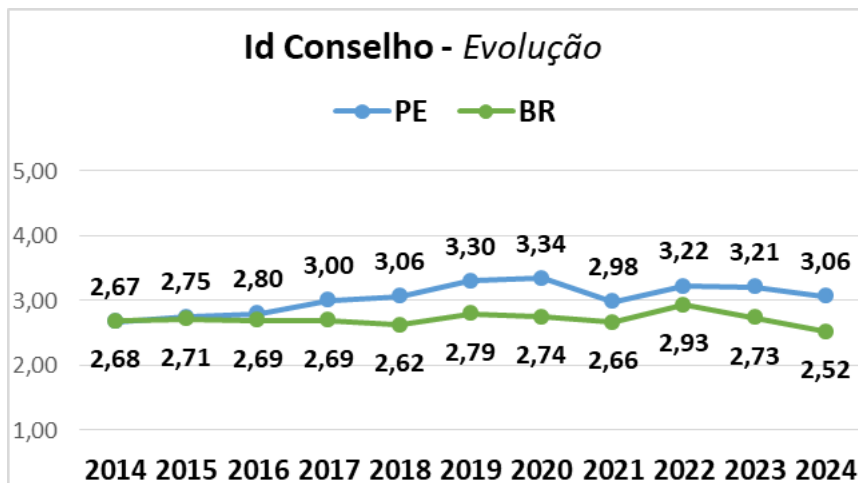
No cenário nacional, Pernambuco apresenta avanços consistentes no desempenho do IDConselho Sintético, reforçando a leitura construída nas análises anteriores sobre a situação dos Conselhos no Estado. Após alcançar a 2ª posição em 2020, Pernambuco passou para a 5ª colocação em 2021, posição na qual permanece até 2024, registrando índice de 3,06. O índice alcançado em 2024 representa uma redução de 0,15% em relação a 2023, representando um movimento de queda contínua que aponta para a necessidade de aprimoramento da atuação conjunta das gestões municipais e do

Governo do Estado no fortalecimento dos Conselhos de Assistência Social.

É importante destacar que essa redução gradual do IDConselho, observada desde 2021, também ocorre em âmbito nacional, refletindo desafios estruturais presentes em várias unidades federativas. Ainda assim, Pernambuco segue acima da média nacional, que se manteve estável em 2,52 em 2024, demonstrando que, apesar das dificuldades, o Estado conserva um desempenho relativamente melhor em relação ao conjunto do país.

Gráfico 4 – Comparativo da série histórica do IDConselho Sintético

do Estado de Pernambuco em relação à média nacional

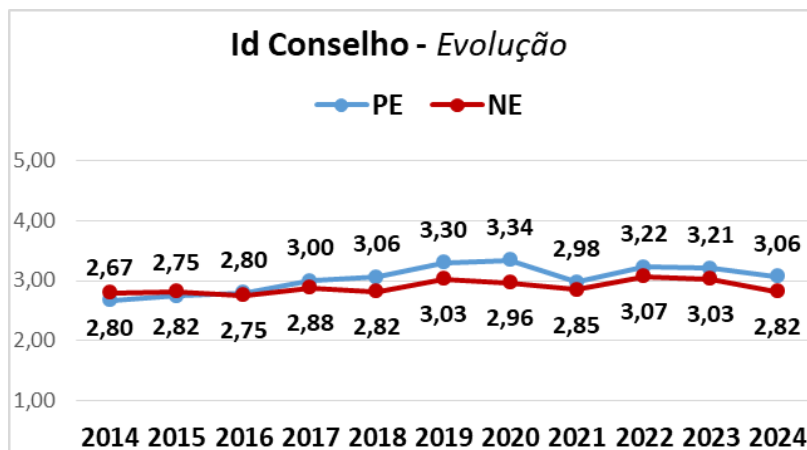


Fonte: Coordenadora-Geral de Planejamento, Vigilância Socioassistencial e Gestão da Informação SUAS/SNAS/MDS
Elaboração: Coordenação de Vigilância Socioassistencial/SEASS/SAS

No comparativo regional, Pernambuco registrou um IDConselho Sintético de 3,06, valor acima da média da Região Nordeste, que foi de 2,82 em 2024. Essa diferença positiva demonstra que, embora o Estado também enfrente desafios no fortalecimento dos Conselhos de Assistência Social, seu desempenho permanece superior ao observado no conjunto dos estados nordestinos.

A seguir, apresenta-se a série histórica do IDConselho Sintético de Pernambuco em comparação com a média do Nordeste. Essa visualização permite analisar a evolução dos indicadores ao longo dos anos, evidenciando tendências de aproximação ou distanciamento entre o desempenho estadual e o desempenho regional, bem como identificar períodos de maior avanço ou estagnação.

Gráfico 5 – Comparativo da série histórica do IDConselho Sintético do Estado de Pernambuco em relação à média da Região Nordeste



Fonte: Coordenadora-Geral de Planejamento, Vigilância Socioassistencial e Gestão da Informação SUAS/SNAS/MDS
Elaboração: Coordenação de Vigilância Socioassistencial/SEASS/SAS

Considerações Finais

A análise do IDConselho Sintético 2024 revela um cenário marcado por avanços importantes, mas também por desafios estruturais que exigem atenção contínua. Pernambuco alcançou elevada participação no Censo SUAS, com 99,45% dos Conselhos respondentes, demonstrando compromisso com a transparência e o monitoramento da política de assistência social. Entretanto, a distribuição dos resultados demonstra que grande parte dos Conselhos ainda se concentra nas faixas de desempenho baixo e regular, indicando **necessidade de fortalecer processos de gestão, participação social e funcionamento institucional.**

Os municípios que alcançaram os melhores níveis, com destaque para aqueles que obtiveram notas entre 4,67 e 5,00, demonstram que é possível consolidar modelos de gestão qualificados e sustentáveis em diferentes regiões do Estado, reforçando a importância de boas práticas e da capacidade técnica local. Do mesmo modo, a análise das maiores taxas de crescimento confirma que resultados expressivos não estão restritos a um único território, mas refletem esforços múltiplos e descentralizados.

Por outro lado, as quedas acentuadas observadas em diversos municípios, algumas delas superiores a 100%, evidenciam fragilidades na estruturação dos Conselhos, comprometendo a supervisão, o controle social e a qualidade dos serviços socioassistenciais. Esses retrocessos reforçam a urgência de intervenções estratégicas, ações formativas, apoio técnico contínuo e monitoramento mais efetivo.

No comparativo nacional e regional, Pernambuco permanece acima das médias do Brasil e do Nordeste, apesar da tendência de queda observada desde 2021. O desempenho superior à média da Região Nordeste (3,06 contra 2,82) demonstra resiliência institucional e capacidade de manter níveis de funcionamento superiores aos demais estados, embora o movimento descendente do índice sinalize a necessidade de esforços renovados para conter perdas e retomar o crescimento.

De forma geral, os resultados apresentados evidenciam que o fortalecimento dos Conselhos de Assistência Social em Pernambuco depende da ampliação da capacidade de gestão, da consolidação de mecanismos de participação e controle social e do aprimoramento das condições de funcionamento das unidades. Para avançar rumo a um padrão mais equilibrado e qualificado em todo o território estadual, torna-se fundamental intensificar ações integradas entre Estado e municípios, valorizando o planejamento, a formação continuada, o acompanhamento sistemático e o apoio técnico-institucional.

Assim, o panorama de 2024 reforça que, embora existam pontos de excelência e experiências bem-sucedidas, ainda há um caminho significativo a ser percorrido para garantir que todos os municípios pernambucanos alcancem patamares de qualidade compatíveis com as exigências da política de assistência social e com as necessidades da população.

Referência Bibliográfica

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Nota Técnica 2017/CGPVIS/DGSUAS/SNAS/MDS.** Disponível em:

https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/dicivip_datain/ckfinder/userfiles/files/Vigil%C3%A2ncia%20Socioassistencial/NT%20ID%20Conselho_jul_2017.pdf. Acesso em 04/11/2025.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS).** Brasília: MDS, ns., 2004. Reimpresso em maio de 2009. Disponível em:

https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/normativas/pnas2004.pdf.

Acesso em 04/11/2025.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Norma Operacional Básica – NOB/SUAS.** Brasília: MDS, 2012. Disponível em:

https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/NOBSUAS_2012.pdf. Acesso em 04/11/2025.

_____. **Resolução nº 269, de 13 de dezembro de 2006.** Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome / Conselho Nacional de Assistência Social. Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS. Brasília, DF, Disponível em:

https://blog.mds.gov.br/redesuas/wp-content/uploads/2023/10/Norma_Operacional_RH-SUAS_2006.pdf

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB/RH-SUAS:** Anotada e Comentada. Brasília: MDS, 2011. Disponível em:

https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/NOBSUAS_2012.pdf. Acesso em 04/11/2025.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.** 2009.

_____. Comissão Intergestores Tripartite – CIT. **Resolução CIT n.º 16, de 26 de novembro de 2024:** pactua a atualização da classificação do porte dos municípios a partir dos dados do Censo Demográfico IBGE 2022 e dá outras providências. Brasília: CIT, 2024. Disponível em:

<https://aplicacoes.mds.gov.br/snas/regulacao/visualizar.php?codigo=6850>. Acesso em: 27 ago. 2025.

Secretaria Executiva de Assistência Social

Superintendência de Gestão do Sistema Único de Assistência Social
Gerência de Vigilância Socioassistencial e Gestão da Informação
Coordenação de Vigilância Socioassistencial

Secretaria
de Assistência Social,
Combate à Fome e
Políticas sobre Drogas



Centro de
Desenvolvimento
e Cidadania

EXPEDIENTE

Documento elaborado pela Secretaria Executiva de Assistência Social (SEASS) por meio da Coordenação de Vigilância Socioassistencial em parceria como Centro de Desenvolvimento e Cidadania (CDC).

Coordenação de Vigilância Socioassistencial : José Maurício de Almeida Lopes

Equipe Técnica de Vigilância Socioassistencial: Ana Beatriz de Melo Rocha, Izabella Maria da Silva Medeiros, Renally da Silva Araújo, Rhaiana Luama Carneiro Duarte e Sidney Marques Cavalcanti.

Av. Conde da Boa Vista, 2º andar - Edifício Palmira II - Bairro Boa Vista - Recife – PE
Telefone: (81) 3183 - 0716 / (81) 9.8494-1286. E-mail: vigilanciasocioassistencialpe@gmail.com